



A produtividade do poder

Christian Laval

(Tradução de Eleutério Prado)

Introdução

O poder encontra-se no cerne do trabalho de Foucault nos anos 70, ele é o fio condutor da série de seus cursos que se concentram nas suas formas históricas, desde os micro-poderes até os grandes métodos de governo. A eleição e a construção deste objeto, ou melhor, esta série de objetos, encontram-se sustentados pela exigência da resistência ao poder: eis que se este não cessa de nos examinar, nos questionar, nos inquietar, convém retornar à questão e entender como o poder toma conta de nós.

O “poder” será dito e entendido no plural como o conjunto das relações de poder e, portanto, também como o conjunto dos confrontos, das lutas, das resistências. A sociedade – disse Foucault em algum lugar – é “um arquipélago de diferentes poderes”¹. Por poder deve-se entender o exercício específico de uma força sobre uma força, numa espécie de guerra generalizada que apela a táticas de poder e a estratégias de luta, variadas, múltiplas, diferentes em diferentes períodos.

Metodologicamente, é preciso analisar “positivamente” o poder a fim de compreender não a sua natureza, a sua origem ou a sua essência, mas os seus efeitos, isto é, o que “ele produz e como produz”. Positividade, eficácia, produtividade: todos esses termos se referem à mesma orientação metodológica, a um mesmo princípio de investigação e de análise que se refere ao “como o poder opera”, isto é, sobre o funcionamento concreto dos dispositivos que ele mobiliza, sobre as produções de conhecimento, de subjetividade e de verdade historicamente situadas que dele resultam. O enunciado metodológico é simples: “as relações de poder são antes de tudo produtivas”².

Analisar o poder como mecanismo produtor de efeitos e não como lógica de proibição, como lei inibidora ou ainda como máquina repressiva implica em abandonar a perspectiva jurídica, com o fito de encontrar os meios para estudar o que tanto se chama de “anatomia política” quanto de “economia de poder”, de

¹ Em “Mailles du pouvoir”, *Dits et écrits*, II, Quarto, p. 1006.

² *Dits et écrits*, “Non au sexe roi”, entrevista à Bernard-Henri Lévy, *Le Nouvel observateur*, março de 1977, II, Quarto, p. 263.



"economia das relações de poder"³ ou ainda de "economia de guerra" com múltiplos pontos de confronto.

Todos os polos da relação de poder são produtivos. O polo da resistência é também produtor de efeitos, obviamente, diferentes daqueles gerados pelo exercício do poder. Foucault lembrou várias vezes que a resistência não é nem anterior nem exterior ao poder. A resistência lhe é tanto "coextensiva quanto absolutamente contemporânea". E Foucault acrescentou que ela é "tão inventiva, quanto móvel, tão produtiva quanto ele"⁴.

É essa "hipótese" sobre a produtividade do poder que será aqui analisada⁵. Focamos no lado dominante da força, o qual se encontra amplamente privilegiado nas análises de Foucault⁶. Vamos lembrar, primeiro, algumas das características mais notáveis desta "hipótese". Perguntaremos, então, que relação esse pressuposto central possui com a leitura que Foucault foi capaz de fazer de Marx. Demoramos muito particularmente sobre a ideia várias vezes reafirmada por Foucault segundo a qual a hipótese da "produtividade do poder" seria aquela que mais o aproxima de Marx. Finalmente, mostramos que se Foucault, em determinados momentos da sua carreira, baseou-se numa série de textos muito específicos de Marx, ele fez isso para elaborar muito mais do que um marxismo "expandido".

A produtividade do poder como hipótese e método em Foucault

A hipótese da produtividade do poder opõe-se à várias teses que se sobrepõem, pelo menos parcialmente. A primeira é jurídica: ela pensa o poder como uma repressão que se faz em nome da interdição posta pela lei. A segunda tese é político-econômica: refere-se ao poder predador do soberano que consiste na apropriação de recursos materiais, humanos e simbólicos para assim servir ao seu poder e glória. Em uma versão crítica, esta teoria aparece revertida. A apropriação imposta pelo governo é um roubo. O poder funciona na captura ilegítima de recursos para o benefício de poucos.

³ *Dits et écrits*, II, Quarto, p. 536.

⁴ *Dits et écrits*, II, Quarto, p. 167. A resistência em Foucault não é "primeira", tal como escreveu Giles Deleuze, em Foucault, *Les éditions de Minuit*, 1986, nota 26, p. 96.

⁵ Essa hipótese e esse método não concerne apenas à analítica dos poderes. Nós os encontramos também nas análises dos regimes de verdade no estudo das formas de subjetividade.

⁶ Pierre Dardot e eu mesmo já comentamos a dimensão produtiva da luta de classes em Foucault; discutimos essa interpretação em *Marx, prénom: Karl*, Nrf Essais, Gallimard, 2012.



Em face dessas três versões, da repressão, da apropriação legítima e do roubo, a hipótese da produtividade do poder sustenta, por sua vez, que o poder não impede a ação, mas que ele produz a ação; que o poder não subtrai, mas acrescenta e faz crescer. O poder em suas formas modernas não controla as forças primeiras e naturais da vida ou da sociedade; ele não capta os recursos existentes, mas organiza, estrutura, compõe e cria as forças a fim de maximizar os recursos e seu próprio poder. Trata-se de “um poder destinado a produzir forças”⁷, que “produz o real”⁸.

A hipótese da “produtividade do poder” tem quatro aspectos na obra de Foucault:

1 – O primeiro aspecto é a sua notável continuidade. Esta hipótese da produtividade do poder é apresentada muito cedo, sob formas e fórmulas as mais variadas. Produção de conhecimentos e de discursos, adestramento de corpos úteis, ampliação do processo da vida, incitamento do prazer, condução de condutas, modos de subjetivação; é esta linha constante de crescimento e evolução do pensamento de Foucault que chamo aqui de hipótese da “produtividade do poder”. Esta hipótese do poder produtivo, que ecoa já no início dos trabalhos de Foucault, os quais versam sobre o tema central da “positividade” das práticas, dos discursos e dos conhecimentos, é aquela que se encontra nas obras da década de 60⁹ e que, nos anos 70, assegura a própria continuidade de um pensamento que não parou de se mover, flexionar e mudar de foco.

2 – O segundo aspecto é aquele da homogeneidade entre essa análise do poder e o seu objeto. O poder moderno, tal como se justifica e se desdobra, opera segundo os princípios e os objetivos da eficácia, conforme o léxico econômico. A produtividade do poder tem, portanto, uma dupla face. Foucault fez dela o seu método de análise, mas ela é, também, uma característica central do poder nesta sociedade que ele chama disciplinar ou de panóptico¹⁰. Esta suposição de poder produtivo, portanto,

⁷ *La volonté de savoir*, p. 179.

⁸ “É preciso parar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ele ‘reprime’, ele ‘recalca’, ele ‘censura’, ele ‘abstrai’, ele ‘mascara’, ele ‘esconde’. Na verdade, o poder produz; ele produz o real; ele produz os domínios objetivos, os rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que podemos apreender dependem dessa produção.” *Surveiller et punir*, p. 196.

⁹ Sobre a “positividade das normas”, ver *Histoire de la folie e Naissance de la clinique*. Ver também Mathieu Potte-Bonneville, Michel Foucault, *L'inquiétude de l'histoire*, PUF, 2004.

¹⁰ Lê-se em *Les Anormaux*, p. 81: “Ao invés de se ter um poder que procede essencialmente por apropriação dos produtos da produção, o século XVIII inventou mecanismos de poder que podem atuar diretamente no processo de produção, acompanhando



não cai do céu, não é uma invenção de Foucault. Ele apenas registra uma mutação no próprio exercício dos poderes, os quais falam também abundantemente de seus objetivos e dos seus meios pela voz de seus porta-vozes prolíficos.

3 – O terceiro aspecto concerne mesmo à alçada da produtividade do poder. O que lhe confere eficácia política é algo comum à disciplina, à norma, ao controle e, depois, à governamentalidade; eis que não são impostos de cima e de fora, mas por meio dos corpos, por interferência nas atividades, por encorajamento de certas práticas em detrimento de outras; moldando e modulando os processos de inserção social, visam tornar-se condições indispensáveis e mesmo dimensões inseparáveis da ação. Em uma palavra, o poder moderno é imanente às práticas, às ações e às condutas; ele orienta ou modifica os seus efeitos. As citações que poderiam ser aqui fornecidas [em apoio dessa tese] são inúmeras e se espraiam por um longo período¹¹.

4 – O quarto aspecto é aquele da não-redutibilidade das diferentes produções de poder exclusivamente àquele da produção de riqueza econômica. Foucault rejeita qualquer esquema de *emanação* das práticas e das instituições a partir de um centro ou base econômica. Foucault fez muitas vezes e com muita firmeza essa clarificação, por exemplo, quando retratou o “economicismo na teoria do poder”, um viés compartilhado tanto por marxistas quanto por liberais¹². Em geral, não encontramos em Foucault aquela identificação da produção “à indústria e ao comércio” que se encontra no Marx de *A Ideologia Alemã*. Não se encontra nele qualquer coisa parecida com uma essencialização do “trabalho”.

Não se trata de *emanação*, mas de *correlação histórica* entre o fenômeno da “política do crescimento”, o qual está ligado ao alto aumento demográfico¹³, assim como a um processo de “decolagem econômica”, cuja articulação é feita por meio da propagação de disciplinas. Foucault prefere falar, tal como o fez em *Vigiar e punir*, em “relações complexas e recíprocas”, em trocas circulares, em engrenagens

todo o seu longo desenvolvimento, efetuando-se como um tipo de controle e de aumento contínuo dessa produção”.

¹¹ *Surveiller et punir*, p. 220-221. Pierre Macherey, à propósito das normas em Foucault, mostrou bem que elas se constituem como uma “segunda natureza” do indivíduo.

¹² Ver “*Il faut défendre la société*”, p. 14.

¹³ Este poder diz respeito mais à “acumulação de homens” do que à acumulação de capital, sublinha Foucault. É por isso que suas análises estão cada vez mais interessadas na “população” como uma cifra privilegiada dos controles e das intervenções corretivas ou incitativas do século XVIII.



mútuas¹⁴. Veremos mais à frente que, em algumas ocasiões, ele foi mais ousado, pois em vez de falar de disciplinas que estão em correlação histórica com o capitalismo, ele fala mais veementemente de condição histórica do capitalismo. Em todo caso, esta articulação não pode ser pensada em termos de determinação unilateral da economia sobre as instituições sociais e políticas¹⁵.

Isso nos leva à questão central que queremos apresentar. Em que medida essas análises do poder obtém inspiração em Marx, mesmo se também parecem pretender demarcarem-se de uma teoria marxista que tende a fazer “da economia a razão de ser do poder político”?¹⁶

Por que e como Foucault se apoia em Marx?

Se acreditarmos no que ele próprio admite, com Marx, como também, aliás, com Bentham, ele aprendeu sobre a natureza essencialmente produtiva do poder na sociedade moderna¹⁷. Foucault é explícito sobre o duplo uso que faz de Marx; dele tomou os mecanismos disciplinares na produção material e a luta de classes, ou como ele mesmo se refere, a “guerra civil” da qual a luta de classes faz parte. Vamos nos concentrar aqui no primeiro aspecto.

Marx é elogiado por ter sido um dos primeiros a realizar uma “anatomia” do corpo da fábrica moderna e a mostrar o funcionamento da produção moderna de mercadorias em larga escala. Esta anatomia marxiana da fábrica, “este organismo de produção, cujos membros são homens” (Marx), é um exemplo particular e um modelo reduzido da anatomia política visada por Foucault. Marx identifica, como diz Foucault, um tipo de poder local, regional, que, em seu próprio funcionamento, não pode ser reduzido a uma forma geral de poder, tal como o do Estado, que vem, em segundo lugar, cristalizar e integrar esses poderes locais e parciais¹⁸. De sua leitura

¹⁴ Em “*Les mailles du pouvoir*”, Foucault apresenta esta relação entre as tecnologias de poder e o desenvolvimento do capitalismo como uma “implicação mútua de dois movimentos” (*Dits et écrits*, II, Quarto, p. 1019).

¹⁵ Esta forma geral do poder na sociedade capitalista é “econômico” no sentido preciso de que cai dentro de uma concepção de análise econômica, ou, mais precisamente, no domínio de uma economia política geral dos poderes, a qual obedece aos modelos de maximização do rendimento político e da minimização das resistências, segundo uma racionalidade formal semelhante à economia política das riquezas na sociedade burguesa. Mas, se é o poder que está em questão, trata-se do poder na fábrica ou do poder na prisão, na escola, e não do poder de produzir materialmente as riquezas econômicas.

¹⁶ *Dits et écrits*, II, Quarto, p. 170.

¹⁷ Foucault indica em vários lugares que se deve procurar em Bentham e em Marx os primeiros elementos de análise do poder em seus “mecanismos positivos” (*Les mailles du pouvoir*, *Dits et écrits*, II, p. 1005).

¹⁸ *Les mailles du pouvoir*, *Dits et écrits*, II, p. 1006.



de *O capital*, Foucault apreende essa transformação do tempo da vida em tempo de trabalho e esta mudança do corpo em força de trabalho e em força produtiva¹⁹. A utilização máxima do tempo de trabalho e da força de trabalho supõe já a ação de um poder bem definido e bem detalhado, um monitoramento constante, uma articulação de lugares e de ações de cada indivíduo entretido no trabalho. Se Marx pode escrever que a “condição do capital é o trabalho assalariado”, Foucault pode acrescentar que “a condição do capital é o corpo do trabalhador”. Foucault, assim, retoma a análise de todos os mecanismos que permitem transformar as forças de trabalho contidas nos corpos dos trabalhadores em “classe trabalhadora”; classe que se constitui a partir de uma multiplicidade humana que é submetida ao trabalho²⁰.

Foucault mostra que Marx, em sua análise da produção capitalista, deixou de pensar o poder como “roubo”, o que, em seu tempo, era a maneira mais comum de pensá-lo e de denunciá-lo. De acordo com os socialistas de seu tempo, tratava-se de um roubo que gerava todos os males sociais e, sobretudo, a miséria proletária. Lembremos que Proudhon, em seu livro de 1840, *Memórias sobre a propriedade*, explica que a propriedade responde pela diferença entre o valor produzido pelas forças em coalisão e o valor que seria produzido pelos trabalhadores isolados. A composição de forças é considerada como fruto externo e espontâneo, a qual o proprietário capta como lucro (ou seja, aquilo que Proudhon chamou de “dádiva”). Marx rompeu com o modelo, tal como posto por Proudhon, do roubo praticado pelos beneficiários da propriedade privada, porque o poder não rouba, mas se apodera de uma produção realizada apenas aparentemente fora do controle do capital.

Na verdade, são os órgãos de direção do capital que organizam, compõem e maximizam as forças que caem sob seu controle devido ao próprio fato da relação salarial. O poder capitalista não rouba o que seria produzido sem ele, mas produz

¹⁹ É como escreve Foucault: “trata-se de constituir o tempo de vida dos indivíduos em força de trabalho” (*La Société punitive*, p. 235). Note-se que Foucault, sem o dizer, apreende uma fórmula de Marx presente em *O capital*, isto é, no capítulo XIII do Livro I em que ele trata do mais valor relativo; neste capítulo, Marx explica que o capital opera “uma transformação do tempo de vida em tempo de trabalho”.

²⁰ Macherey, comentando esta ideia, afirma com precisão: “produzir a força que está em si mesma destinada a produzir: é sobre essa base, como elemento-chave, que repousa o sistema capitalista e o sistema de assalariamento”; ver Pierre Macherey, *Le sujet des normes*, Editions Amsterdam, 2014; em particular no capítulo *Le sujet productif: De Foucault à Marx*, p. 182. Também em *Surveiller et punir*, pp. 165 e 166. Sobre este ponto, Foucault estava muito perto de Didier Deleule e de François Guery que analisaram a partir de Marx tal por “o material humano sob a forma produtiva” (em Didier Deleule e François Guery, *Le corps productif*, Mame, 1972, p. 7).



mais-valor no âmbito das empresas capitalistas, o que é algo completamente diferente. A forma capitalista de exploração não tem o caráter parasitário ou rentista da propriedade, pois possui uma função organizadora que é própria do capital e dos seus representantes; ela aumenta as forças produtivas ao combiná-las de modo calculado e programado; por meio de uma coerção regular, constante, intensa, ela organiza uma cooperação mais eficaz entre os próprios trabalhadores. Em suma, Proudhon continua prisioneiro do esquema da imposição, enquanto que Marx apreendeu melhor que o lucro em sua forma capitalista pressupõe a organização despótica da produção sob a direção do capital. Ora, isto lhe abriu todo o campo – por ele mesmo assim denominado – da “violência econômica”, o qual lhe permitiu analisar a implantação na indústria moderna. Quando Foucault se refere a análise de Marx em *O Capital* é exatamente disto que se trata²¹. Ele salienta que se trata de “tornar máximo o uso possível das pessoas”, de “fazer com que a força produtiva da multiplicidade das forças de trabalho individuais seja pelo menos igual ou maior possível do que a mera soma das forças singulares”, usando para tanto táticas que consistem em distribuir as singularidades no espaço e no tempo tendo em vista a máxima eficácia de seus empregos²². Isto, como se percebe, consiste de uma retomada cuidadosa das teses de Marx sobre a cooperação²³.

Em comparação com as análises de Marx, Foucault percorre duas novas direções. Por um lado, ele busca alargar a compreensão dos fatores e dos processos que deram origem ao capitalismo, mostrando o conjunto dos mecanismos positivos que eram necessários para que fosse criada uma mão de obra disciplinada. A formação do proletariado exigia uma guerra social em grande escala contra todos os tipos de condutas que atrapalhavam a fixação da força de trabalho, que impediam a mobilização de uma população laboriosa. Era necessário, em suma, se ocupar da “acumulação de homens” tanto quanto da acumulação de capital, pois era preciso organizar essa multiplicidade humana, compô-la, torná-la útil socialmente, politicamente e economicamente.

Este alargamento, mais do que contraditar, completa a obra de Marx. É por isso que a análise de Foucault, de acordo com alguns marxistas, é inteiramente

²¹ Foucault, em *Les mailles du pouvoir, Dits et écrits*, II, Quarto, p. 1005, nos reenvia ao Livro II de *O Capital*; porém, provavelmente, ele quer se referir à quarta seção do Livro I cujo tema é o mais-valor relativo e a cooperação.

²² *Le pouvoir psychiatrique*, p. 74-75.

²³ Para mostrar isso é suficiente citar uma passagem do capítulo XI do Livro I de *O capital* em que Marx escreveu: “não se tem aqui uma questão de aumento da força produtiva individual graças à cooperação, mas da criação de uma força produtiva que consiste numa força de massa” (Karl Marx, *Le Capital*, Livro I, op. cit., p. 367)



consistente com a ideia “ortodoxa” segundo a qual as novas formas de poder nas instituições sociais podem ser vistas como efeitos mais ou menos diretos dos processos econômicos. O que os leva a dizerem às vezes que haveria um “marxismo oculto” ou um “marxismo esquecido” em Foucault²⁴.

No entanto, há uma outra direção que leva Foucault a cruzar uma fronteira que Marx não ultrapassou. Trata-se de um além de Marx, a partir de Marx. Não é o capitalismo que é a causa original da extensão de disciplinas na sociedade. Na realidade, ela própria está condicionada por importações no campo da produção material de tecnologias políticas que são inventadas fora dele e que têm a sua própria história. Esta história é, em parte, independente do desenvolvimento do capitalismo, embora tenha, em algum momento, de se tornar “constituente” do modo de produção capitalista²⁵.

É preciso fazer aqui uma pausa. Foucault entretém-se com fórmulas que toma ou pensa tomar diretamente do léxico de Marx, mas as transforma livremente ao ponto de introduzir mudanças muito significativas. Em 1973, em seu curso *A sociedade punitiva*, assim como também em suas conferências brasileiras *A verdade e as formas jurídicas*, ele sustenta que as disciplinas são pura e simplesmente *condição* para a extração de mais-valor (o que, para ele, é sinônimo “sobre-lucro”). Estas disciplinas são, de certo modo, um “sub-poder”, no sentido de um infra-poder, isto é, de um “poder subjacente”, abaixo daquele que é geralmente considerado ao nível da política, isto é, do Estado. Assim, ele pode escrever que “para que haja sobre-lucro, é preciso que haja sub-poder”. É preciso que esteja estabelecida, no mesmo nível de existência do homem, uma trama de poder político microscópico, capilar, que fixa os homens no aparelho de produção, tornando-os agentes da produção, trabalhadores.

Foucault diz que “a ligação do homem ao trabalho é sintética, política; é uma ligação operada pelo poder. (...) O que eu pretendi fazer foi uma análise dos sub-poderes como condição de possibilidade do super-lucro”²⁶. Este “sub-poder” que está “embaixo” no plano da representação espacial, que constitui uma estrutura de poder, é também um “sobre-poder”, isto é, um mecanismo de poder “reconcentrado”, reintensificado, que funciona sequestrando e separando do resto da sociedade. Eis que ele é dotado de suas próprias regras e de sanções legais, de

²⁴ Ver Stéphane Legrand, *Le marxisme oublié de Foucault*, *Actuel Marx*, PUF, n° 36, 2004, p. 27-43.

²⁵ *La société punitive*, p. 234.

²⁶ *La vérité et les formes juridiques*, *Dits et écrits*, I, Quarto, p. 1490.



suas próprias normas comportamentais que excedem objeto específico da instituição disciplinar²⁷.

O capitalismo pressupõe historicamente todos esses mecanismos de poder que constituem o que Foucault às vezes chamou de “suplemento de constrangimento”, de “suplemento de poder”, de “sobre-poder”, assim como, outras vezes, de um “excesso de poder”²⁸. Em *Vigiar e punir*, ele fala de um “mais-poder”, de tal modo que é difícil não reconhecer aí uma série de termos que ecoam os termos marxianos de *mais-valor*, *trabalho excedente*, *produto excedente*²⁹. É neste “mais-poder”, neste mecanismo de intensificador e multiplicador que ele vai procurar o padrão global de Bentham. Tem por função e efeito produzir uma força individual e coletiva capaz de produzir um mais-valor, que é a própria condição da produção do valor no regime do capitalismo³⁰. Esta ideia ecoa, claro, todas as passagens em que Marx expõe o mecanismo de extração de mais-valor a partir do aumento da produtividade do trabalho³¹. Em outras palavras, para resumir, Foucault extrai de Marx a ideia de que a disciplina é tanto um sub-poder, no sentido de um infra-poder e um super-poder no sentido de um poder concentrado e multiplicado. De modo que o excedente de poder das disciplinas é a condição histórica do mais-valor. É este “mais-poder” que seria a verdadeira descoberta de Marx. De qualquer modo, à descoberta de Foucault lendo Marx é preciso adicionar, cruzando um outro para formado por Marx e Bentham.

Além de Marx

Na verdade, Foucault não pode ignorar que é difícil atribuir à Marx tal “descoberta”. Para Marx, na verdade, a “subsunção do trabalho ao capital”, as formas de divisão do trabalho, a orquestração de cooperação por parte de capital, etc., não são compreendidos como enxertos ou empréstimos de técnicas de poder anteriores e exteriores ao campo da produção capitalista. Eles são entendidos de modo melhor como resultados de *crescimento endógeno do capital*, isto é, como

²⁷ *La société punitive*, p. 212.

²⁸ *La société punitive*, p. 217, 212, 213.

²⁹ *Surveiller et punir*, p. 224.

³⁰ Foucault sublinha em vários lugares que as formas de poder moderno têm dois objetivos: extrair o máximo de tempo da vida dos indivíduos e transformar os próprios corpos dos indivíduos em fontes de disposição e de atitudes que produzem um excedente de valor. Ver *La société punitive*, p. 235 e 236. Ver também *La vérité et les formes juridiques*, 5ª conferência no Rio, *Dits e écrits*, II, Quarto, p... Conforme comentário de Stéphane Legrand, *Les normes chez Foucault*, PUF, 2007, p. 181.

³¹ Karl Marx, *Le Capital*, Livre I, op. cit. P. 359.



advindos a partir do desenvolvimento imanente do capital, no movimento totalizador desse “sistema orgânico”. Sem dúvida, a “violência extra econômica” desempenha em Marx um papel histórico muito importante no nascimento do capitalismo e, sem dúvida, ela se encontra no próprio coração do funcionamento do Estado – e, portanto, no exterior do campo produtivo³². Mas a submissão crescente que o proletariado experimenta no processo de trabalho é efeito da violência econômica que vem da autovalorização do capital, pois, esta, para superar os obstáculos que encontra, desenvolve novos mecanismos de exploração³³. Se Marx leva em conta todas as mudanças sociais e institucionais que levaram ao nascimento do capitalismo e ao processo de desenvolvimento do capital que o acompanha, é o capital que cria, depois de seu período de sua “pré-história”, isto é, quando ele põe as condições para o seu autodesenvolvimento, as formas de organização da produção, as formas de divisão do trabalho, os sistemas de máquinas, etc. Em suma, é bem o capital que totaliza criando as condições para a sua própria valorização³⁴.

Para Foucault, trate-se do capital ou do Estado, tal esquema de explicação histórica por totalização progressiva não correspondem à verdadeira história porque pressupõe uma homogeneização econômica dos processos e das práticas que inicialmente eram e permaneceram heterogêneos por muito tempo. Para ele, em

³² Marx distingue o momento “pré-histórico” da formação do capital durante o qual ele transforma as condições exteriores que encontra “já aí”, bem como o desenvolvimento histórico do capital, no curso do qual produz e reproduz por si mesmo as condições que são necessárias ao processo de seu próprio devir. Ver Dardot, Pierre e Laval, Christian – *Marx, Prénom Karl*, Nrf, Gallimard, p. 427.

³³ Prova isto a seguinte passagem particularmente significativa onde Marx explica que o capital “quebra toda a resistência” por meio da dependência econômica inerente ao sistema de assalariamento e da submissão do trabalho vivo ao morto: “Conforme progride a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por meio de sua educação, tradição e hábito, é levada a considerar como *leis da natureza* as exigências próprias do presente modo de produção. A organização desenvolvida do processo de produção capitalista *quebra toda a resistência*, gerando permanente uma superpopulação relativa que mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, conseqüentemente, os salários, de acordo com as necessidades da valorização do capital; assim, *a compulsão muda das relações econômicas selam a dominação do capitalista sobre o trabalhador*. A violência imediata extra econômica é ainda, certamente, usada, mas apenas em casos excepcionais. Quando as coisas caminham por seu curso normal, o trabalhador fica submetido às “leis naturais de produção”, isto é, à dependência do capital, em si mesmo um resultado das condições de produção que as garantem e perpetuam” (Karl Marx, *Le capital*, Livro I, PUF, p. 829).

³⁴ Marx diz em uma passagem dos *Grundrisse* que o sistema capitalista é um “sistema orgânico”, o qual se desenvolve por meio de uma totalização. E que “este desenvolvimento totalizador consiste precisamente em subordinar todos os elementos da sociedade, ou em criar a partir dela órgãos que ainda estão faltando. É assim que se torna historicamente uma totalidade. O devir que produz essa totalidade constitui-se como um momento de seu processo, de seu próprio desenvolvimento” (Marx, *Manuscrits de 1857-1858*, Tomo 1, Editions sociales, p. 219-220).



contraste com Marx, a emergência desse “mais-poder” – que é visto obrar cedo e em vários pontos da sociedade – provém de uma “decolagem política” que não é consequência interna da implantação de uma espécie de essência capitalista, mas sim a sua condição histórica ou – emprestando uma frase de Deleuze³⁵ – uma espécie de “a priori histórico” do capitalismo industrial. A burguesia não inventa a coerção disciplinar, mas a utiliza para desenvolver a sua riqueza econômica contra as faltas de legalidade e e as irregularidades de todos os tipos. A sua inteligência histórica reside em sua capacidade de ter visto nestas tecnologias de poder um meio de aumentar os seus lucros por meio do disciplinamento da mão de obra.

Esta passagem “para além de Marx” é um dos grandes desafios da genealogia do poder: não se pode fazer do capitalismo a fonte ou a origem das tecnologias de poder, na medida em que elas nasceram e se espalharam em numerosas instituições bem antes do surgimento da revolução industrial – havendo surgido, aliás, sem intenção estratégica ou propósito econômico, pelo menos no sentido usual desse termo. Fazer a história dos dispositivos disciplinares implica em remontar até as comunidades religiosas, as escolas do final da Idade Média, aos exércitos do tempo de Vestefália, aos hospitais da época clássica³⁶. É no interior das ordens religiosas, dos sistemas escolares, os exércitos do Estado que se operam as grandes inovações. E eles não são nem um pouco determinadas pelos imperativos da acumulação de capital, o que não significa que as oficinas e as fábricas não tenham gerado também a sua quota de inovações, especificidades, acelerações. Como mostra Foucault, é só mais tarde, bem depois do nascimento das escolas e dos hospitais, após a transformação dos exércitos, que “a classe trabalhadora começa a sofrer a ação, também ela, dos dispositivos disciplinares”³⁷. Fazendo o que Marx não fez, Foucault pretende ir mais longe em sua análise das técnicas de poder, isto é, partir de um ponto de retorno em que surge a disciplina, portanto, antes e fora da produção capitalista, para chegar ao ponto em que o poder disciplinar torna-se *condição histórica* do capitalismo.

Marx contra Marx

Tal retorno, Foucault o apresenta de modo bastante sutil, jogando “Marx contra Marx”. Este jogo de “Marx contra Marx” é bastante comum em seu texto e há dele muitos exemplos. Às vezes, Foucault seleciona e valoriza em Marx aquilo que

³⁵ Gilles Deleuze, Foucault, Les éditions de Minuit, 1986, p. 90.

³⁶ *Le Pouvoir psychiatrique*, p. 65 e em sequência.

³⁷ *Le Pouvoir psychiatrique*, p. 72.



Ihe parece uma grande contribuição, uma ruptura decisiva, o que lhe permite, também, destacar os vestígios de velhas concepções, por exemplo, uma adesão à figura da soberania em sua teoria Estado ou de uma antropologia residual que continua a fazer do trabalho uma essência humana. O exemplo mais interessante e que diz respeito às nossas preocupações versa sobre a história das relações entre as disciplinas e o capitalismo. Foucault assinala finamente em Marx um momento em que a análise “classicamente” determinista parece vacilar por um momento. Em uma nota ao mesmo tempo discreta e importante em *Vigiar e punir*³⁸, ele observou, de passagem, que Marx, em uma carta à Engels de 25 de setembro de 1857, escrita no momento em que discutem entre si um trabalho de Engels sobre a história militar³⁹, escreveu que “de um modo geral, o exército é importante para o desenvolvimento econômico”. Foi no exército romano, diz Marx, que foram inventados o salário, a propriedade pessoal, a corporação de ofício e a maquinaria; foi no exército ainda, acrescenta Marx, que se constituiu a moderna organização do trabalho: “a divisão do trabalho dentro do mesmo ramo de produção foi realizada, igualmente, pela primeira vez, nos exércitos. Além disso, toda a história das sociedades burguesas se resume de maneira marcante na história do exército”. Esta passagem que põe o exército em relação com o capitalismo, mesmo se parece bastante extraordinária, não é isolada.

Em uma passagem do capítulo XI de *O capital* consagrada à cooperação, Marx escreveu: “Da mesma forma que a força ofensiva de um esquadrão de cavalaria ou a força de resistência de um regimento de infantaria é essencialmente diferente da soma das forças ofensivas e defensivas que desenvolve cada cavaleiro ou soldado isolado, a soma mecânica de cada trabalhador tomado isoladamente é essencialmente do potencial de força social que se desenvolve quando um grande número de braços trabalham juntos na mesma operação indivisa”⁴⁰.

Estas considerações permitem pensar que também para Marx as invenções militares são anteriores e externas ao capitalismo industrial, que elas são suas condições históricas. Em todo caso, é assim que Foucault as interpreta. Porém, a concepção explícita de Marx nesta carta de 1857 à Engels permanece diretamente economicista. A série de invenções militares não é uma fonte, um germe, nem

³⁸ Surveiller et punir, note 1, p. 171.

³⁹ Sabe-se de sua paixão pessoal pelas coisas militares.

⁴⁰ Karl Marx, *Le capital*, Livro I, op. cit., p. 366. Também encontramos essa comparação um pouco mais longe: “o alto comando da indústria devém um atributo do capital, tal como nos tempos feudais o alto comando em matéria de guerra e justiça foi atributo da propriedade terra” (op. cit., p. 373)



mesmo um modelo condensado e antecipado de desenvolvimento da sociedade burguesa; de acordo com Marx, ela é apenas um “resumo da sociedade burguesa”. Marx chega ao ponto de dizer no início desta carta que “a história do exército revela mais claramente do que qualquer outra coisa a correção de nosso ponto de vista sobre a conexão entre as forças produtivas e as relações de produção produtivas”⁴¹. Assim, de modo aparentemente contraditório com o conteúdo da sua demonstração que sublinha a anterioridade da organização militar sobre a “sociedade burguesa”, Marx insiste com Engels sobre o fato de que “o ponto de vista” que deve prevalecer na sua história militar é o do primado da economia na evolução da organização militar.

Marx não pode, contra todos os fatos históricos que destaca, livrar-se da ideia de que as forças produtivas engendraram a estrutura da sociedade burguesa no momento mesmo em que expõe doutamente à Engels que os fatos militares foram o solo em que se germinaram as formas de poder que serão mais tarde incorporadas à produção. Essa referência à correspondência entre Marx e Engels em *Vigiar e punir* diz muito ainda sobre essa inversão que Foucault opera a partir de Marx, uma inversão que também é uma forma de liberar Marx de um certo determinismo econômico muito estreito (aquilo que Marx chama em sua carta a Engels de “nosso ponto de vista”). Foucault não indica a estranheza desta carta em sua contradição interna óbvia, talvez demasiada óbvia. É porque, provavelmente, considera melhor destacar alguns aspectos “muito notáveis” do pensamento de Marx que foram deixados em repouso, tal como diz Foucault⁴². Mas, sem dúvida, é também possível argumentar que Marx, por causa de seu interesse que sempre manteve sobre a guerra e a luta, não foi apenas o pensador do processo de autovalorização do capital, mas também um pensador por certo mais secreto, em todo caso menos comentado, da guerra na história das sociedades? Se é com Marx que Foucault pensa o poder também, é também contra ele, o que pressupõe “cindir Marx” fazendo aparecer as suas tensões internas.

⁴¹ Marx-Engels, *Correspondance*, Tome V, julho de 1857 a dezembro de 1859, Éditions sociales, 1975, p. 45.

⁴² Numa entrevista sobre geografia, Foucault sublinha que há em Marx “passagens muito remarcáveis” “sobre o exército e seu papel no desenvolvimento do poder político”. Ver *Dits et écrits*, II, Quarto, p. 39.



Conclusão

A hipótese da produtividade do poder pode contribuir para uma análise de nosso tempo? De qualquer modo, ela nos leva a duas observações. A primeira concerne à luta de classes. Da mesma forma que não podemos fazer da produção econômica um nível fundamental do qual se derivam todas as outras formas de poder e de produção, não podemos deduzir do conflito entre a burguesia e o proletariado todas as formas de conflito e de lutas. As lutas de classes são múltiplas, muito mais variadas do que vem concebendo o marxismo. Elas dizem respeito, tal como diz Foucault, sobre "tudo o que vivemos". Mas não se trata apenas de enfatizar a variedade das lutas, é preciso considerar também todos os efeitos da luta. São os próprios protagonistas da luta de classes que se constituem por meio dessa luta. O interesse de Marx pela luta enquanto tal, a intuição que teve sobre a constituição das classes nas e por meio das lutas, é para Foucault a principal lição que devemos tirar dos escritos de Marx em torno 1848 e sobre a Comuna de Paris⁴³.

Portanto, como sugere com razão Foucault, Marx permaneceu dividido entre duas lógicas. Uma delas o leva a uma interpretação objetivista das classes sociais, as quais se formam gradualmente com o desenvolvimento econômico; por isso, chegou a pensar que as lutas se seguem da existência de grupos já formados no domínio econômico. O que mostra Foucault, em contraste, é que a verdadeira novidade da grande contribuição de Marx, particularmente visível em seus textos históricos e políticos, é o fato de que as classes não são dadas antes da luta, mas que elas próprias são efeitos da luta. A classe burguesa não é o sujeito de uma dominação, é o produto de todas as estratégias e todas as contra-estratégias por meio das quais se tentou estabilizar uma relação de poder.

Todas as lutas são susceptíveis de serem inventivas, positivas, produtivas e todos podem engendrar sujeitos coletivos. A história é, sim, a história das lutas de classes, ou seja, a história da produção das classes ou dos sujeitos coletivos nas e por meio das lutas. Ocorreu à Foucault perguntar, no final dos anos 1970, se ainda estávamos na época que havia sido aberta pela Revolução Francesa. Mas, ao contrário de alguns historiadores que viram no fracasso do comunismo de estado o final das lutas de classes e a extinção da aspiração revolucionária, Foucault, a partir mesmo dessa hipótese da produtividade da luta, não enxergou um futuro fechado. O possível não depende de um estado da economia ou de uma sociologia de classe, pois depende, isto sim, das relações de poder e do tipo de lutas que se desenrolam.

⁴³ *Dits e Écrits*, II, p. 606.



A segunda observação diz respeito ao sentido que pode ser dado ao termo “produção”, dado que ele tem forte conotação econômica. Falar da “hipótese da produtividade”, levanta, obviamente, a questão de saber o que vem a ser produzido. A fórmula não implica que a produção material é primeira e fundamental, que ela está dotada de um valor ontológico ou antropológico superior em relação às outras formas de produção. Se as instituições e as relações de poder podem apontar em um certo momento da história para uma “fórmula geral”, cada uma delas não deixa de estar menos dedicada à produção de certos efeitos específicos. É, ademais, nesse sentido que se pode falar de escolas, prisões e exércitos como “aparelhos de produção” (no plural)⁴⁴. Já vimos isto: Foucault rejeita tudo de Marx que lhe parece provir de uma concepção economicista de poder ou de uma concepção essencialista do homem. É por isso que considera inconsistente continuar a ver no trabalho um fundamento da natureza humana depois que foi feita a análise da transformação do tempo de vida em tempo de trabalho, tal como o fez Marx⁴⁵.

Da mesma forma e com o mesmo espírito, quando Foucault toma fórmula da “produção do homem pelo homem” de Marx, ele insiste sobre o fato de que não se trata, tal como poderiam pensar certos marxistas, de uma produção da mesma ordem daquela da “produção de valor, da produção de riqueza ou de um objeto de uso econômico”⁴⁶. Ademais, ele não vê nessa expressão, tal como os autores da Escola de Frankfurt, o projeto de recuperar uma essência original perdida ou alienada. De todo modo, Foucault tomou distância da ideia de autogeração do homem pelo trabalho tal como esta é encontrada nos *Manuscritos de 1844* e em *A Ideologia Alemã*. Mas o termo “produção” não fica carregado de ambiguidade quanto é empregado numa análise que pretende se afastar de todo e qualquer economicismo ou essencialismo?

⁴⁴ É nesse sentido que Foucault, em uma importante passagem de *Vigiar e Punir*, pode escrever a propósito das disciplinas que elas “devem ser tomadas como técnicas que permitem ajustes de acordo com tal princípio, isto é, com a multiplicidade dos homens e mediante a multiplicação dos dispositivos de produção (e, portanto, não significa apenas “produção” propriamente dita, mas a produção de saberes e de competências na escola, a produção de saúde em hospitais, a produção de força destrutiva pelo exército)” Conforme *Surveillier et punir*, p. 221.

⁴⁵ Foucault, em uma das últimas seções de *La société punitive*, explica: “É falso dizer, junto com algum pós-hegeliano famoso, que a existência concreta do homem é o trabalho. O tempo e a vida do homem não são por natureza trabalho; são, isto sim, divertimento, descontinuidade, festa, descanso, desejo, instantes sorte, violência, etc. É toda essa energia explosiva que deve ser transformada em uma força de trabalho continua para ser continuamente oferecida no mercado. É preciso sintetizar a vida em força de trabalho, o que requer a coerção de um sistema sequestrador”. Ver *La Société Punitive*, p. 236. Ver também *Dits e écrits*, II, Quarto, p. 470.

⁴⁶ *Dits et écrits*, II, Quarto, p. 893.



A hipótese da produtividade é mantida continuamente nas diferentes orientações da obra de Foucault; ela se mostra, sem dúvida, como uma das características mais marcantes de sua obra. No estudo dos modos de subjetivação, encontra-se, talvez, a formulação mais genérica dessa ideia e, ao mesmo tempo, uma grande inflexão sobre a qual ele será enfático⁴⁷. Essa “produção humana” centra-se cada vez mais na *invenção de si*. E isso é o que se reflete nesta frase decisiva: “Temos que produzir algo que ainda não existe e não podemos saber o que vai ser”⁴⁸. A “subjetivação” não seria ela própria aquele conceito que vai lhe dar, finalmente, a possibilidade de não falar de invenção humana no léxico da economia, mas que lhe permitirá situar a própria economia no movimento muito maior da formação das subjetividades? Este movimento que vai da “produção do homem” à “invenção de si” está assentado num diagnóstico de época, cuja característica, de acordo com Foucault, é menos de falta de recursos materiais do que de “excesso de poder”.

O totalitarismo é o que levou à “densificação e à intensificação dos mecanismos de poder, por meio de uma espécie de “superprodução” ou de “excrecência” dos poderes patológicos no Ocidente. E o socialismo histórico constituiu-se como um impasse trágico porque tentou produzir o “homem novo” por meio da mobilização das mesmas tecnologias produtivas empregadas na sociedade burguesa. Dizer que a subjetividade pode se constituir de outra forma e, ademais, sem o apego a esses “aparelhos de produção” inventados pelo Ocidente, não vem a ser um retorno ao mesmo “campo de batalha”; mesmo sem abandonar a “hipótese da produtividade”, tratou-se de modificá-la, de torná-la capaz de servir a um novo começo radical. Foucault convenceu-se finalmente de que tinha de começar a crítica social sobre uma nova base: “temos de começar de novo desde o início, perguntando a nós mesmos sobre o ponto de partida de uma crítica de nossa sociedade, assim como questionando o ponto sobre o qual essa crítica havia até agora, implícita ou explicitamente, se apoiado; em suma, a importante tradição do socialismo está fundamentalmente posta em questão, porque tudo o que esta tradição socialista produziu na história está condenado”⁴⁹.

Sem qualquer negação do que fez antes, Foucault, muito preocupado com a secagem da imaginação política em relação a qual o marxismo não era estranho,

⁴⁷ É a este respeito que se pode constatar num texto de balanço tal como *Le sujet et le pouvoir*, que Foucault entrega o seu percurso à luz desta invenção continua das subjetividades.

⁴⁸ *Dits et écrits*, II, Quarto, p. 893.

⁴⁹ *Dits et écrits*, II, Quarto, p. 398.



compreendeu que havíamos entrado numa nova era em que a “hipótese da produtividade” tinha de ser transformada numa “hipótese da inventividade”, a qual poderia ser usada para um novo começo radical ao qual ele queria contribuir⁵⁰. Esta hipótese da invenção contínua de novas formas de subjetividade, quando combinada com a ideia de renovação constante das lutas contra os poderes que mudam e se movem constantemente, não só abre espaço para estudar as relações éticas em si mesmas, às quais Foucault dedicou os seus trabalhos nos anos 1980, mas abre também para nós, atualmente, a possibilidade de novas formas de subjetividade política por meio do desenvolvimento de lutas inéditas.

⁵⁰ Para uma apresentação deste ponto de viragem, ver Judith Revel, *Foucault, une pensée du discontinu*, Essai Mille et une nuits, 2010, p. 273 e subsequentes.